



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no HABEAS CORPUS Nº 558799 - GO (2020/0017824-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : GILMAR DE OLIVEIRA MOTA
ADVOGADO : GILMAR DE OLIVEIRA MOTA - GO007002
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

GILMAR DE OLIVEIRA MOTA agrega, às fls. 298-312, novo pedido na impetração, consistente no reconhecimento da "ilegalidade da decisão judicial que impôs ao ora paciente multa por litigância de má-fé, seja porque fundada em intuito protelatório que não existiu, no caso concreto, seja porque inadmissível a aplicação de tal multa no Processo Penal" (fl. 311).

Ocorre que o *writ* **não merece** processamento.

Malgrado o impetrante/paciente haja colacionado à inicial documentos que, no seu entender, poderiam alicerçar o argumento de que vem sofrendo constrangimento ilegal causado pelas instâncias ordinárias, fato é que **não fez constar dos autos cópia da íntegra do acórdão proferido pela Corte estadual.**

Conquanto seja ação mandamental caracterizada pela ausência de maiores formalidades (a par dos requisitos mínimos exigidos pelo art. 654, § 1º, do Código de Processo Penal), o habeas corpus pressupõe, **principalmente quando se tratar de advogado regularmente inscrito na OAB, dotado, portanto, de conhecimento técnico-jurídico** – por lealdade processual e dever de cooperação com o juízo –, que a sua impetração venha acompanhada de todos os documentos essenciais ao deslinde da controvérsia, a viabilizar a aferição do apontado constrangimento ilegal, sob pena de indeferimento *in limine* do *writ*.

A adequada instrução do *mandamus* é fundamental para o próprio reconhecimento de possível ilegalidade. Nessa diretriz:

[...] 2. Mesmo que o alegado pela defesa seja verdade, de que os autos físicos continham o inteiro teor do acórdão impugnado, ressalto que **cabe à parte a correta instrução do processo e, por conseguinte, o ônus da fiscalização da formação dos autos eletrônicos.**

3. A parte deixou de juntar o documento reclamado quando interpôs este recurso, o que evidencia, ainda mais, a omissão da defesa em instruir devidamente os autos.

4. Agravo regimental não provido.

(PET no HC n. 294.048/CE, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 7/5/2015)

[...] 1 - O habeas corpus, como ação mandamental, de grandeza constitucional, **tem de vir instruído com as peças (provas pré-constituídas) que dão suporte à pretensa ilegalidade, caso contrário não merece trânsito a insurgência.**

2 - Não há como decidir acerca da causa especial de diminuição, no tráfico de entorpecente, se não juntada cópia da sentença condenatória.

[...]

(HC 175.786/GO, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6T., DJe de 14/5/2012)

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, *indefiro liminarmente* o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 01 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator